



PRIMEIRO MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DESCENTRALIZAÇÃO E
PODER LOCAL**

Díli, 28 de Maio de 2013



Sua Excelência
 Senhor Presidente do Parlamento Nacional
Suas Excelências
 Senhores Deputados
Sua Excelência
 Senhora Isabel Ferreira, Primeira-Dama de Timor-Leste

Caros colegas, Membros do Governo,

Distintos convidados,

Senhoras e senhores,

Antes de mais queria congratular a Comissão A do Parlamento Nacional conjuntamente com o Ministério da Administração Estatal pela organização desta Conferência Internacional que eleva agora este debate fundamental para o reforço da nossa Governação a um plano ainda mais substancial, pela aprendizagem com lições concretas de outros países.

Gostaria de agradecer a presença dos ilustres convidados dos nossos países irmãos: de Portugal, de Cabo Verde, da Austrália e da Indonésia que hoje vêm contar-nos as suas experiências de poder local. É com elevada satisfação que vos recebemos, em mais este encontro que agrega Nações destas duas regiões – a CPLP e a Ásia-Pacífico – entre as quais Timor-Leste se orgulha de estabelecer pontes de diálogo e cooperação.

Aprender com as vossas experiências permitir-nos-á escolher ponderadamente que modelo de poder local queremos para o nosso país. Esse modelo deve procurar acima de tudo adequar-se à realidade timorense, às nossas tradições enraizadas, à nossa história e às nossas vivências comunitárias. Mas a partilha do que foi a vossa prática de descentralização seguramente contribuirá para que a nossa decisão seja mais informada e necessariamente mais enriquecida.

Não posso deixar também de dirigir o meu agradecimento muito pessoal aos autarcas portugueses que ofereceram um apoio incondicional a este nosso percurso. Entre outros, falo em especial do meu amigo Dr. António Rodrigues, Presidente da Câmara de Torres Novas, que acaba aliás de editar um livro sobre o tema.

Nesse apoio dos autarcas portugueses, surgiu a ideia de estabelecer um estatuto especial de fraternidade entre cidades portuguesas e algumas vilas timorenses. Entre algumas delas foram estabelecidos laços de cooperação através do processo de geminação. Por exemplo, Díli é cidade geminada com Coimbra, um expoente da história, cultura e academia portuguesa. Como cidades geminadas têm estabelecido vínculos de solidariedade e amizade que vão além dos mares e continentes que nos separam, vincados pela língua e história que nos unem.

Reforçando as relações especiais com as cidades portuguesas, no dia 21 de Março de 2013, em Lisboa, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre 26 municípios portugueses que se comprometeram a apoiar, dois a dois, a criação de cada um dos 13 Municípios de Timor-Leste. Aproveito para dirigir assim uma saudação especial ao representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sem a ajuda da qual este Protocolo não teria sido possível.

Finalmente, gostaria de deixar uma palavra aos nossos parceiros de desenvolvimento multilaterais aqui presentes, que manifestamente querem acompanhar Timor-Leste em mais este passo de consolidação democrática.

A todos, bem-vindos a este debate determinante para o futuro de Timor-Leste.

Sabemos onde queremos estar em algumas décadas. Sabemos que país queremos ser. O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 tem uma visão clara para Timor-Leste. Traça um caminho que nos transformará, em 20 anos, num país de rendimentos médio-altos, com uma sociedade mais próspera, estável social e politicamente, instruída e saudável. Queremos que a redução da pobreza, através da diversificação da economia e da capacitação dos nossos profissionais, transforme o perfil de Timor-Leste, e que essa transformação chegue a cada Suco, a cada Aldeia, a cada família.

Só então poderemos dizer que o nosso processo de reconstrução do Estado se encontra verdadeiramente consolidado. Só então saberemos que terá sido devolvido a cada Timorense o seu esforço nos 24 anos de luta pela Democracia e pela auto-determinação.

Nestes onze anos de Nação independente que este mesmo mês de Maio celebrámos, alcançámos metas imensas. Não tendo sido um caminho sem obstáculos, fomos conseguindo ultrapassar cada um deles, saindo de cada episódio fortalecidos como Nação.

Hoje, vivemos um período de estabilidade política e de paz que não teria sido alcançável sem um espírito de reconciliação e entendimento. Temos um Estado de Direito Democrático em pleno funcionamento, com Órgãos de Soberania independentes, fortes e eficientes. Podemos dizer que os alicerces fundamentais da nossa Democracia estão bem estabelecidos. Os Timorenses têm desde 1999 demonstrado permanentemente um entusiasmo democrático único, com um extraordinário nível de participação eleitoral.

Mas a Democracia não se pode limitar ao exercício do direito de voto, por mais que esse seja um princípio inviolável. As eleições são momentos primordiais para os Estados democráticos e vimos em 2012 – com as eleições para a Presidência da República e para o Parlamento Nacional – como estas reforçam a base mesma da arquitectura democrática. Mas a participação dos cidadãos não pode estar reservada à

ida às urnas. Têm que existir esferas de participação mais quotidiana, que possam dar voz a todos os timorenses nas decisões mais concretas que gerem as suas vidas.

E eu vi pessoalmente nestas semanas de consulta popular nos Distritos que essa vontade de tomar nas suas mãos a condução do seu país reside profundamente no espírito dos timorenses. O envolvimento dos timorenses nesta consulta mostra-nos que estamos no caminho certo, que devemos alargar o debate político a todos os cidadãos, de todo o país. Devemos criar mecanismos institucionais que permitam aproximar o Governo da sua população, em especial das zonas rurais mais remotas.

Encurtar a distância, que hoje ainda existe, facilitará aos timorenses fazerem-se ouvir e facilitará ao Estado desempenhar as suas funções, nomeadamente de prestador de serviços públicos, de uma forma mais eficaz, porque esta será mais adequada às necessidades específicas de cada comunidade.

Se a descentralização possibilitará uma maior proximidade do Estado aos timorenses, a reflexão sobre o como e o quando é fundamental.

Sabemos que se temos como objectivo a eficácia do aparelho governativo, o modelo pelo qual optemos deve ser funcional e não demasiado custoso ou burocrático. Deve evitar duplicações entre o Governo local e o Governo nacional, obrigando a fronteiras claras entre as responsabilidades e competências de cada um.

Temos que encontrar um modelo de poder local adequado, forçosamente compatível com as nossas tradições comunitárias, porque são elas também antes de mais a base essencial da nossa convivência como Nação.

Foi para responder a estas questões que abrimos a discussão com a consulta popular. Como sabem, o processo está ainda em curso. Neste mandato queremos ver estabelecidas as 13 Comissões Instaladoras dos Municípios e prevemos a criação, até 2017, de 3 a 5 dos Municípios.

Mas queremos salientar que retomamos um compromisso com a descentralização administrativa que foi também preocupação dos governos anteriores. Este caminho não começou com o V Governo Constitucional, nem com o seu antecessor, mas anteriormente este debate tinha sido lançado já então com o intuito que hoje nos conduz de honrar a Constituição.

O antecedente do Programa de Desenvolvimento Local, iniciado em 2004, foi uma primeira aproximação aos modelos de governo local, experimentando níveis de descentralização administrativa em cada um dos distritos de Timor-Leste. Esse Programa criou 25 assembleias locais, que contavam com apoio administrativo para desenvolverem alguns pequenos projectos de infra-estruturas.

Estamos por isso hoje mais preparados para retomar esta reflexão, porque podemos beber dos esforços feitos anteriormente dos quais podemos retirar lições importantes.

E acredito que esta Conferência nos vai enriquecer igualmente o debate ao abordarmos as experiências de descentralização em casos tão díspares como Portugal e a Indonésia, como Cabo Verde e a Austrália. Em cada país, o modelo adoptado teve que responder ao que eram as condicionantes históricas e de tradição existentes.

Excelências,

O povo de Timor-Leste conhece bem o seu país. Conhecemos muito bem as nossas montanhas, o recorte da nossa Costa e o Mar que nos banha.

Cerca de $\frac{3}{4}$ da nossa população reside em zonas rurais, muitos em zonas remotas de difícil acesso. Queremos neste mandato, como sabem, investir significativamente na rede viária nacional, e melhorar os transportes e as comunicações, mas sabemos que isso não chega para mudar a cartografia do nosso país. Assim como o Ministro Jorge Teme, penso em Ataúro e Oecussi, por exemplo, que têm dificuldades acrescidas no acesso a Díli. No caso de Oecussi, o Dr. Mari Alkatiri foi indigitado pelo Estado para preparar o processo que tornará o enclave numa Zona Especial de Economia Social e de Mercado.

Todas estas condições trazem implicações directas para a participação política dos Timorenses e para o desenvolvimento da acção governativa. Só num debate aberto poderemos chegar juntos a um consenso sobre um modelo de governação mais inclusivo, capaz de dar resposta mais céleres, mais adequadas às especificidades do nosso Povo.

Reduzir a distância entre o Governo e os seus cidadãos através de pólos de poder local é por isso um passo fundamental para a nossa Democracia, para a construção de uma sociedade regionalmente mais equilibrada e por isso mais coesa como Nação.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão
28 de Maio de 2013